

## **Gênero e Diversidade Sexual: Contribuição à tese 02 Unidade e Luta - Construindo o Vamos À Luta Nacional**

### **MULHERES NAS UNIVERSIDADES E NA LUTA SINDICAL**

Nossa categoria é formada majoritariamente por mulheres, porém as mulheres têm proporcionalmente menos cargos administrativos que os homens. Além disso, são os postos de trabalho considerados femininos os menos prestigiados, os com menores salários e os primeiros a serem terceirizados. Um exemplo atual são os Hospitais Universitários e os postos terceirizados.

Os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo nesse último período, como aumento da idade mínima para aposentar, restrição de acesso às pensões, expansão da terceirização, fim dos concursos, arrocho nos direitos sociais, restrição das verbas para os programas assistenciais promovidos em grande medida pelo Ajuste fiscal de Dilma e pela pauta recessiva do Congresso Nacional atingem em cheio as mulheres trabalhadoras. Tal condição de superexploração, por si só, já coloca as mulheres como um eixo fundamental da luta sindical. Podemos lembrar também da luta por 30h e de como ela é importante para as mulheres, que com todas as responsabilidades que lhes são atribuídas, têm pouco tempo de se dedicarem aos estudos, cuidados pessoais, carreira, filhos e à própria luta sindical.

Mas o sindicalismo não pode fazer vistas grossas às pautas eminentemente femininas, sob risco de perderem a confiança política das companheiras. Questões como saúde preventiva e creche para atendimento d@s filh@s de trabalhadoras(es) são comumente tratadas como apêndices das reivindicações sindicais. O ingresso significativo de mulheres jovens na categoria torna mais do que necessário que o STU se aproprie da demanda por creches na universidade e torne a luta por um Sistema Educativo de qualidade com status de Unidade de Ensino uma pauta central. O não respeito da educação infantil como um direito da criança, como a Unicamp faz atualmente (e infelizmente) é um fardo para a mãe e sua inexistência acaba por retirar parte do tempo que as companheiras dedicariam à luta sindical e feminista. Ter a criança estudando dentro da universidade dá a mãe tranquilidade, amparo e maiores condições de acompanhamento da vida escolar da criança, sem que com isso se prejudique no serviço por ausências prolongadas e frequentes.

Além de compartilhar todas as dificuldades do conjunto da classe (às vezes sofrendo-as de forma mais dramática), as mulheres enfrentam dificuldades junto aos próprios companheiros de luta e a estrutura sindical que deveria protegê-la. Não devemos, contudo, equiparar as divergências com opressão. Tão pouco as opressões que sofremos de nossos companheiros de luta como às que sofremos por parte de governos, patrões e do sistema. Aqueles que lutam pela emancipação da classe não podem ser lidos como inimigos, ainda que precisemos derrotar o machismo que eles reproduzem e que compreendamos que eles nem sempre se colocarão ao lado das lutas das mulheres quando as pautas feministas ferirem seus “privilégios de homens”. É essa triste constatação que impõe a demanda de cotas de participação das mulheres nas direções sindicais e a criação de GTs de mulheres, bem como a regularidade dos espaços de debate de gênero aberto a toda a base. São as mulheres as protagonistas naturais dessa luta e é necessário que o STU assuma o comprometimento com a viabilização da participação deste setor, tanto em termos de infraestrutura, por exemplo, creches em

espaços políticos, mas também em termos políticos, dando peso às atividades e incentivando a criação destas políticas.

#### PROPOMOS:

- Defender o direito pleno à vida, à liberdade, à saúde, à educação, ao trabalho, e ao lazer;
- Combater qualquer forma de violência e/ou discriminação contra as mulheres;
- Construir atos classistas nos dias 8 de março (dia internacional da mulher), 30 de abril (dia nacional da mulher), 25 de julho (dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha) e 25 de novembro (dia nacional contra a violência a mulher);
- Lutar pela legalização do aborto. Que a mulher tenha total autonomia sobre seu corpo, sem qualquer intervenção do Estado, realizando Seminários sobre este tema casando-o com programa de saúde pública específica;
- Apoio à Luta das Mulheres do campo, da cidade e da floresta;
- Apoio à Luta das Mulheres negras e LBTT;
- Apoio à luta pela regulamentação da PEC das Domésticas;
- Lutar contra a violência à mulher através das mídias e redes sociais, que expõem as mulheres as mais diversas formas de humilhação. Lutar contra a exposição e utilização do corpo da mulher como mercadoria e contra o turismo sexual;
- Luta por creche em tempo integral e ampliação das vagas na creche da Unicamp, visando contemplar integralmente a demanda interna, incluindo os dependentes d@s trabalhadoras/es terceirizados;
- Lutar pela ratificação da Convenção nº 156 e 100, 183 da OIT;
- Lutar pelo aumento de Delegacias da Mulher no país com atendimento 24h;
- Defesa da licença maternidade de 1 ano, sem perdas salariais e de direitos;
- Lutar pela implementação de uma Política de Qualidade de Vida, enfocando a questão da saúde da Mulher;
- Desenvolver Campanha de Sindicalização voltada para as mulheres;
- Fomentar e auxiliar a participação das trabalhadoras da Unicamp na Coordenação de Mulheres do STU;
- Promover a discussão na categoria sobre a aplicação de cotas de 50% para as mulheres na composição da direção;
- Garantir a participação das mulheres que têm filhos de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância;
- Oferecer ações formativas para os companheiros sobre a questão da mulher e coibir e punir qualquer prática machista dentro do sindicato;
- Realizar um censo traçando o perfil da mulher trabalhadora da Unicamp, observando entre outras o acesso a ascensão na carreira e a idade fértil, para projeção de demanda futura por creche;
- Realizar bianualmente “Encontro da Mulher Trabalhadora na UNICAMP”, intercalado com os anos do Congresso do STU;

- Realizar um Seminário sobre “Machismo, Assédio Moral e Sexual no serviço público e no movimento sindical”, para traçar estratégias de combate;
- Participar da construção da Marcha das Mulheres Negras;
- Criação de um Fórum das Trabalhadoras das Universidades Estaduais Paulistas para articular a luta das Mulheres e suas pautas;

## **LGBTT**

Direitos não se negociam! O compromisso do STU com a defesa dos direitos da população LGBTT é inegociável. Nos últimos 4 anos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTT) protagonizaram importantes lutas e mobilizações defendendo a criminalização da homofobia, da lesbofobia, da bifobia e da transfobia. Em 2013, tomaram as ruas para protestar contra o fundamentalismo e conservadorismo que se destacou no Congresso Nacional, pela voz opressora de Marco Feliciano, quando ocupou a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Em 2015 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto da Família que reforça o preconceito institucional contra os relacionamentos homoafetivos, gerando uma grande indignação na população que reagiu nas redes sociais criando a campanha “Minha Família Existe”.

Nos últimos anos, milhões de LGBTTs brasileiras ocuparam as ruas das cidades brasileiras com paradas do orgulho LGBTT para celebrar o levante de Stonewall e reivindicar direitos histórica e estruturalmente negados. Os espaços internos das Universidades Públicas, refletindo a estrutura social brasileira, não ficaram imunes a cenas de opressão contra a população LGBTT e, portanto, a luta pela garantia de direitos para a população LGBTT também se faz presente nas Universidades. O sindicato deve contribuir no fortalecimento dessa luta! Definitivamente deve ser esse um esforço conjunto de todo o movimento sindical.

## **EIXOS DE AÇÃO REFERENTES À DIVERSIDADE SEXUAL:**

- Lutar pela Criminalização da opressão contra LGBTT e pela Constitucionalização da proteção aos LGBTT;
- Lutar pela implantação de políticas concretas visando o combate sistemático à homofobia e transfobia;
- Pela Alteração do Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário. Pela aprovação do Projeto de Lei 5120/2013!
- Pela aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal e pelo reconhecimento do nome social em todas as instâncias da Universidade;
- Lutar pela Implementação de políticas que incluam nos sistemas curriculares dos Ensinos Básico, Médio e Superior o debate da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.
- Lutar para que o Governo Federal acate e implemente de fato as propostas apresentadas pela população durante a realização das Conferências Nacionais LGBTT.